

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Alterações significativas	10
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	50
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	55
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	56
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	61
10.8 - Plano de Negócios	62
10.9 - Outros fatores com influência relevante	64

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui uma política específica de auditoria interna e gestão de riscos, aprovada pelo superintendente de auditoria e compliance do grupo em 04/04/2014.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política é promover a identificação, análise, mitigação e remediação de riscos relacionados à atividade empresarial da Companhia. A Companhia acredita que a gestão de riscos empresariais seja essencial para o êxito de seus objetivos empresariais.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteger dos riscos inerentes à sua atividade empresarial, que abrangem todos os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia ainda adota uma série de medidas no sentido de monitorar a sua exposição em relação às contrapartes de relacionamento, com o objetivo de reduzir a probabilidade de perdas financeiras resultado do não cumprimento de uma obrigação financeira que a parte tenha para com a Comgás. Adicionalmente, a Companhia busca proteção contra o risco de liquidez.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia mantém estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA, Gestão de Crises e Gestão de Riscos e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente aos sistemas operacionais que possuímos, com recursos de segurança específicos visando mitigação destes riscos. Também é utilizada, quando aplicável, a contratação de seguros para os riscos operacionais descritos no item 4.1.

Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**iii. Estrutura Organizacional de gerenciamento de riscos**

A área de auditoria interna, riscos e compliance que está subordinada ao Comitê de Auditoria e Presidente do Conselho de Administração, tem a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética da Companhia e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação as Leis e Políticas Internas; (c) realizar follow up planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar savings e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Entendemos que nossa estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, aprovada em 19 de Janeiro de 2016 em Reunião de Diretoria. Adicionalmente, a Companhia segue uma Política de Tesouraria, previamente aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2014.

(b) Objetivos e Estratégias

i. Riscos para os quais se Busca Proteção

Busca-se proteção contra as flutuações na taxa de câmbio e as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o seu ativo e passivo. Tal proteção é feita por meio de operações de proteção e aplicações financeiras vinculadas diretamente às taxas de juros, propiciando à Companhia um mecanismo natural de proteção.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao Dólar, oscilações averiguadas na margem estipulada são revisadas e repassadas aos consumidores da Companhia.

ii. Estratégia de Proteção Patrimonial (HEDGE)

A Companhia adota uma atitude defensiva com relação ao risco de exposição cambial, para proteger seu caixa e resultados financeiros, utilizando instrumentos financeiros derivativos. Não é permitida a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, mas tão somente para proteção de riscos acima identificados. Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos derivativos a serem negociados para uma correta avaliação se, mesmo após tributação, ainda são adequados às necessidades da Companhia.

Risco Cambial: A Companhia celebra contratos de câmbio futuro (non-deliverable forwards) e de swaps de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de swap de taxas de juros. Quando não houver swap cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível. Atualmente a Companhia está autorizada a contratar somente instrumentos de non-deliverable forwards e swaps para fins de proteção patrimonial.

Risco de taxas de juros: Com relação à taxa de juros, a Companhia celebra contratos de swaps por meios dos quais troca posições pré-fixadas para pós-fixadas ou vice-versa, além de troca de indexadores. De modo a evitar tal risco, a Companhia poderá operar com taxas de juros pós-fixadas em Reais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de liquidez: Com relação ao risco de liquidez, a Companhia busca manter a taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos. Ainda, de modo a administrar tal risco, a Companhia mantém linhas de créditos adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

iii. Instrumentos Utilizados para Proteção Patrimonial (HEDGE)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

Swaps de taxas de juros: Ex: IPCAxDI.

Swaps de moedas: Ex: Euro x Reais; Dólar x Reais, etc.

Non-deliverable Forwards / FRA (Forward Rate Agreement): Ex: Dólar x Reais / *Libor floating* x taxa fixa.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa.

Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados de forma resumida a seguir.

Descrição	Contraparte	Moeda Original	Ativo	Passivo	Vencimento Final
EIB II - primeira liberação	Bancos diversos	USD	VC + 3,881 a.a.	94,34 CDI	Junho de 2020
EIB II - segunda liberação	Bancos diversos	USD	VC + 2,936 a.a.	95,20 CDI	Setembro de 2020
EIB II - terceira liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,483	88,47 CDI	Maio de 2021
EIB II - quarta liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,549	81,11 CDI	Setembro de 2021
SCOTIABANK Resolução 4131	SCOTIABANK	USD	VC + 2,7800 a.a.	31 CDI	Março de 2018
TOKYO - Resolução 4131	TOKYO	USD	VC + 2,8114 a.a.	100 CDI + 0,6 a.a.	Fevereiro de 2018
SWAP DEBÊNTURE – 2º Série	MERCADO	BRL	IPCA + 5,10 a.a.	92,30 CDI	Setembro de 2018
SWAP DEBÊNTURE – 3º Série	MERCADO	BRL	PCA + 5,57 a.a.	94,95 CDI	Setembro de 2020

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

iv. Parâmetro Utilizado para o Gerenciamento desses Riscos

As operações financeiras realizadas, incluindo as operações de derivativos, devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deve sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação. O gerenciamento dos riscos acima identificados é, portanto, preponderantemente defensivo, visando à redução do risco e não à especulação. O uso de derivativos para a redução de riscos é permitido, desde que em condições aceitáveis, de acordo com a política vigente de uso de derivativos.

A Companhia sempre avalia as alternativas de captação existentes com vistas a aproveitar as melhores oportunidades em termos de custos e demais condições, além de garantir um “mix” adequado de fontes de financiamento para evitar a dependência de uma única fonte. A Companhia busca também evitar concentrações de vencimentos em um mesmo período, tendo em vista a possibilidade de falta de oferta de linhas disponíveis no mercado financeiro. A Companhia acompanha constantemente o cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados “*financial covenants*”.

Quanto aos riscos de crédito, a Comgás avalia trimestralmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de cash management, floating, câmbio, investimentos financeiros, arrecadação bancária e operações de derivativos, atribuindo preventivamente para cada instituição financeira um limite máximo de exposição.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de câmbio

A Companhia, conforme determinado na Instrução da Instrução Normativa CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos. As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados nas demonstrações financeiras referentes, devido à subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises. A tabela abaixo apresenta as variações que podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia:

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 30 de setembro de 2016.

Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.

- Cenário I (provável) - manutenção nos níveis das curvas de juros e câmbio conforme observado em 30 de setembro de 2016 na Bloomberg e na BM&FBovespa.
- Cenário II 25% - deterioração em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 30 de setembro de 2016.
- Cenário III 50% - deterioração em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 30 de setembro de 2016

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

		Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)				
		Cenários				
		Provável	-25%	-50%	25%	50%
Em 30 de setembro de 2016		3,57	2,68	1,79	4,47	5,36
Exposição de taxa de câmbio	Fator de risco	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	106.567	(291.198)	(582.396)	291.198	582.396
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(106.567)	291.198	582.396	(291.198)	(582.396)
Impactos no resultado do período			-	-	-	-

(*) para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

A taxa de câmbio para o cenário provável utilizada até as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 era a taxa de fechamento do último dia útil do mês de referência (Ptax). A partir das Informações Trimestrais de 31 de março de 2016, decidimos utilizar a taxa de câmbio futuro para 365 dias por entender que esta taxa seria a mais adequada para demonstrar a análise de sensibilidade do câmbio nos próximos 12 meses.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de juros

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

		30/09/2016				
Exposição taxa de juros	Saldos	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Aplicações financeiras	1.683.100	210.051	(52.513)	(105.025)	52.513	105.025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.566.102)	(359.968)	89.992	179.984	(89.992)	(179.984)
Derivativos	486.117	486.117	118.453	181.165	3.010	(50.483)
Impactos no resultado do período		336.200	155.932	256.124	(34.469)	(125.442)

i) os índices de CDI e TJLP considerados 14,13% e 7,50%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

v. Operação com Instrumentos Financeiros com Objetivos Diversos de Proteção Patrimonial (HEDGE) e quais são esses Objetivos

Não aplicável, pois de acordo com a Política de Tesouraria, os instrumentos financeiros devem ser usados sempre para fins de proteção de riscos previamente detectados ou existentes, e nunca como especulação ou fonte de renda, não havendo, portanto, previsão para uso de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

vi. Estrutura Organizacional de Controle de Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos de mercado é liderado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores (CFO). A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A área de Controles Internos responsável pela gestão de riscos tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar os riscos operacionais, financeiros e estratégicos inerentes a operação da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações, políticas e procedimentos internos através de sua estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e acompanhar os planos de ação elaborados para remediar deficiências identificadas nos processos.

O gerenciamento de riscos associados das operações financeiras é feita através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição.

O gerenciamento dos riscos corporativos é monitorado através de uma comissão multidisciplinar que se reporta diretamente à Diretoria da Companhia. Esta comissão discute constantemente mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades.

A Companhia conta ainda com a atuação de auditoria interna, subordinada hierarquicamente à Presidência e ao Conselho de Administração ("Auditoria Interna"). A Auditoria Interna é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes reportando o seu resultado à alta administração da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

(c) Adequação da Estrutura Operacional e Controles Internos para Verificação da Efetividade da Política Adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente, em conjunto com a área de Controles Internos e Auditoria Interna, sempre reportando as ações à Diretoria e ao Conselho de Administração através de reuniões periódicas.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos, uma vez que seus controles são condizentes com os respectivos controles internos relacionados ao gerenciamento de riscos adotados por companhias de porte semelhante ao da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos.

A Companhia possui em sua estrutura organizacional uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance que, dentre outras responsabilidades, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Diretor Financeiro, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras correspondentes ao período findo em 30 de setembro 2016, assim como para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e, com base nesta avaliação, concluiu que os controles são eficazes.

(b) Estrutura de gerenciamento de controles internos.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia possui uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, que está subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação as Leis e Políticas Internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Supervisão do grau de eficiência dos controles internos.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria, ao Presidente do Conselho de Administração e a Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as regras da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX").

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(d) Deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente.**

Os diretores da Companhia informam que a KPMG Auditores Independentes não identificou durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia, que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e as informações trimestrais de 30 de setembro de 2016. O mesmo resultado foi obtido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia no período supracitado.

Com base nessas cartas de controles internos, os Diretores da Companhia não tem conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação de suas demonstrações financeiras.

(e) Medidas adotadas para correção das deficiências reportadas.

Conforme mencionado na seção anterior, tanto a KPMG Auditores Independentes quanto a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não identificaram deficiências relevantes sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e as informações trimestrais de 30 de setembro de 2016.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes com relação a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes nesta seção 10 foram extraídos das informações trimestrais da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

A. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Comgás é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGAS. Em 30 de setembro de 2016, sua carteira era composta por 1.665.798 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração (1.550.366 em 30 de setembro de 2015). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia distribuiu 3.188 milhões de metros cúbicos (3.969 milhões de metros cúbicos no mesmo período de 2015), por meio de uma rede de mais de 14 mil quilômetros. Sua receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$ 4,3 bilhões e o lucro líquido ficou em R\$ 767 milhões.

A Comgás está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, e refere-se à distribuição de gás natural para as Regiões Metropolitana de São Paulo, Região Administrativa de Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista – área que abriga 177 municípios, responsáveis por aproximadamente 26% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de acordo com o IBGE. A Comgás vem expandindo a sua rede de distribuição desde a privatização e atualmente está presente em 87 cidades. Com o contínuo crescimento de sua rede de distribuição de gás, novas cidades da área de concessão serão atendidas no futuro.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 2.749 milhões, representando um decréscimo 13,60% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.181 milhões). O lucro líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$ 767 milhões e o EBITDA de R\$ 1.657 milhões, enquanto que o lucro líquido no mesmo período do ano anterior totalizou R\$ 458 milhões e o EBITDA foi de R\$ 1.116 milhões.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido (Empréstimos e financiamentos + Derivativos + Debêntures – Caixa e equivalentes de caixa) de 1.388 milhões, valor esse que representava 0,51 vezes o patrimônio líquido e 0,67 vezes o EBITDA dos 12 meses entre outubro de 2015 e setembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 3.181 milhões, representando um aumento de 2,33% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.109 milhões), o qual por sua vez aumentou 17,0% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.656 milhões). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 699 milhões e EBITDA de R\$ 1.530 milhões, enquanto que o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 612 milhões e EBITDA

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 1.435 milhões e o do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 619 milhões e EBITDA de R\$ 1.403 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava endividamento líquido (Empréstimos e financiamentos + Derivativos + Debêntures – Caixa e equivalentes de caixa) de R\$ 1.190 milhões valor esse que representava 0,37 vezes o patrimônio líquido e 0,78 vezes o EBITDA. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$ 1.829 milhões valor esse que representava 0,59 vezes o patrimônio líquido e 1,28 vezes o EBITDA do exercício, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava um endividamento líquido de R\$ 2.095 milhões, valor esse que representava 0,79 vezes o patrimônio líquido e 1,49 vezes o EBITDA.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentava índice de liquidez corrente de 1,23, enquanto que em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 este índice era de 1,36, 1,24 e 1,07 respectivamente.

B. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) Hipóteses de resgate; (ii) Fórmula de cálculo do valor do resgate

O setor de distribuição de gás canalizado requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Os diretores da Companhia informam que, em 30 de setembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 47,16% de capital próprio e 52,84% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Companhia era composta por 50,18% de capital próprio e 49,82% de capital de terceiros.

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Capital próprio		
Capital social	1.312.376.553,11	1.143.548.396,09
Reserva de capital	395.133.067,39	563.961.224,41
Reserva de lucros	325.457.531,00	1.525.228.884,53
Reserva de reavaliação	6.134.551,29	6.363.197,75
Ganhos e perdas atuariais	-57.699.815,03	-57.699.815,03
Resultado no período	767.385.936,04	-
Patrimônio líquido	2.748.787.823,80	3.181.401.887,75
Capital de terceiros (*)		
Passivo circulante	3.079.984.746,68	3.158.034.531,27
Passivo não circulante	2.029.598.061,62	2.047.973.246,67
Total do Passivo	5.419.790.020,08	5.686.628.755,47
Caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira	1.691.599.047,48	1.967.642.960,14
Passivo líquido total (**)	3.728.190.972,60	3.718.985.795,33
Total do passivo e patrimônio líquido	8.168.577.843,88	8.868.030.643,22

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos e financiamentos + Debêntures não conversíveis (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa.

Os diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Companhia era composta por 50,18% de capital próprio e 49,82% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital da Companhia era composta por 52,58% de capital próprio e 47,42% de capital de terceiros.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Capital próprio		
Capital social	1.143.548.396,09	1.002.858.265,25
Reserva de capital	563.961.224,41	704.651.355,25
Reserva de lucros	1.525.228.884,53	1.452.646.402,86
Reserva de reavaliação	6.363.197,75	7.522.393,21
Ganhos e perdas atuariais	-57.699.815,03	-58.816.851,83
Patrimônio líquido	3.181.401.887,75	3.108.861.564,74
Capital de terceiros (*)	3.158.034.531,27	2.803.249.392,50
Passivo circulante	2.047.973.246,67	1.497.371.292,05
Passivo não circulante	3.638.655.508,80	3.034.190.382,53
Total do Passivo	5.686.628.755,47	4.531.561.674,58
Caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira	1.967.642.960,14	973.707.574,68
Passivo líquido total (**)	3.718.985.795,33	3.557.854.099,90
Total do passivo e patrimônio líquido	8.868.030.643,22	7.640.423.239,32

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos e financiamentos + Debêntures não conversíveis (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2014, a estrutura de capital da Companhia era composta por 52,58% de capital próprio e 47,42% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da Companhia era composta por 50,23% de capital próprio e 49,77% de capital de terceiros.

	31/12/2014	31/12/2013
Capital próprio Capital social	1.002.858.265,25	764.155.232,41
Reserva de capital	704.651.355,25	845.474.829,46
Reserva de lucros	1.452.646.402,86	1.100.737.821,88
Reserva de reavaliação	7.522.393,21	9.338.506,95
Ganhos e perdas atuariais	-58.816.851,83	-63.267.282,54
Patrimônio líquido	3.108.861.564,74	2.656.439.108,16
Capital de terceiros (*)	2.803.249.392,50	2.631.855.869,42
Passivo circulante	1.497.371.292,05	1.403.286.350,33
Passivo não circulante	3.034.190.382,53	2.859.533.548,14
Total do Passivo	4.531.561.674,58	4.262.819.898,47
Caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira	973.707.574,68	535.957.122,26
Passivo líquido total (**)	3.557.854.099,90	3.726.862.776,21
Total do passivo e patrimônio líquido	7.640.423.239,32	6.919.259.006,63

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos e financiamentos + Debêntures não conversíveis + Arrendamentos financeiros (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa.

Os diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo. Adicionalmente os diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem satisfatório.

A Companhia administra seu capital de modo a proporcionar uma estrutura de capital eficiente, mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garantir a liquidez da Companhia.

A Companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (EBITDA – Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e das depreciações e amortizações), endividamento de curto prazo e endividamento total. Estes índices (covenants) são utilizados por instituições financeiras em contratos de empréstimos.

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a adotar o pronunciamento técnico revisado CPC 33(R1) correspondente ao IAS 19 (R) – Employee benefits, cujas alterações eliminam o método do “corredor”; racionalizam as alterações entre o ativo e o passivo dos planos, reconhecendo no resultado do período o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano e no lucro abrangente as remensurações de ganhos e perdas, e retorno do ativo; e as mudanças no efeito do teto do plano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida líquida (R\$) ⁽¹⁾	1.388.386	1.190.392	1.829.542	2.095.899
EBITDA (R\$) ⁽²⁾	2.070.422	1.529.918	1.434.668	1.403.249
(=) Dívida líquida/EBITDA	<u>0,67</u>	<u>0,78</u>	<u>1,28</u>	<u>1,49</u>

(1) Dívida líquida = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos e financiamentos + Debêntures não conversíveis – Caixa e equivalentes de caixa.

(2) os valores apresentados para o EBITDA correspondem aos últimos 12 meses

(i) Hipóteses de resgate**(ii) Fórmula de cálculo do valor do resgate**

Os diretores informam que o estatuto social da Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia informam que, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

A Companhia vem demonstrando ano após ano ter elevada liquidez e recursos de capitais suficientemente satisfatórios para cobrir os investimentos na expansão da rede de gás natural, despesas, serviços da dívida e demais obrigações nos próximos períodos.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

Historicamente, a Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante do exercício de suas atividades operacionais. O fluxo de caixa líquido de suas atividades operacionais atingiu os montantes de R\$ 1.475,9 milhões; R\$ 1.933,1 milhões; R\$ 1.318,1 milhões; e R\$ 942,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

Tal fato atesta a capacidade histórica de geração de recursos da Companhia. Nesses períodos, os recursos detidos em caixa provenientes da geração operacional, adicionados aos recursos obtidos no mercado, conferiram à Companhia a capacidade de pagamento necessária para fazer frente aos seus investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os diretores da Companhia informam que a Companhia baseia a estratégia de financiamento de seus investimentos em linhas de longo prazo, captando operações de financiamento a custos competitivos, principalmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco Europeu de Investimento (EIB). Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão da Companhia em todos os seus mercados de atuação.

Visando obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelas referidas instituições, a Companhia normalmente recorre ao mercado de capitais por meio de emissão de títulos de dívida (tais como debêntures), agências multilaterais de fomento dentre outras fontes do mercado financeiro.

Para maiores informações vide item 10(f).1., abaixo.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores da Companhia informam que o financiamento do capital “para cobertura de deficiências de liquidez” é feito através de linhas de financiamento com prazos que variam podendo chegar até dois anos. Os Diretores da Companhia pretendem continuar utilizando como fonte de financiamento para investimentos captação através do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e outras linhas de financiamento como debêntures com os bancos comerciais, desde que apresentem taxas atrativas que possam alavancar os projetos.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os diretores da Companhia informam que a Companhia acredita que seu nível de endividamento está adequado face:

- (a) às necessidades financeiras requeridas em seu plano de negócios;
- (b) sua estratégia de estrutura de capital; e
- (c) à nota de crédito atribuída atualmente pelas agências de avaliação de risco (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch*).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores da Companhia informam que em 30 de setembro de 2016, o montante total de dívida não incluindo os derivativos da Companhia, de qualquer natureza, somava R\$ 3.565 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, somavam respectivamente, R\$ 3.823 milhões, R\$ 3.133 milhões e R\$ 2.841 milhões. A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nas datas em referência:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívidas (R\$ milhões)	30/09/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Curto Prazo	589	577	466	336
Moeda Estrangeira	160	199	239	41
Moeda Nacional	429	377	228	295
Longo Prazo	2.976	3.246	2.667	2.505
Moeda Estrangeira	924	1.140	919	1.005
Moeda Nacional	2.052	2.106	1.748	1.500
Total Geral	3.565	3.823	3.133	2.841

A tabela abaixo demonstra os prazos de amortização dos principais empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia de 2016 a 2021 em diante:

Período findo em 30/09/2016 (R\$ mil)	Até set/17	Até set/18	Até set/19	Até set/20	Até set/21	Set/21 em diante	Total
BNDES	327.861	242.422	260.596	260.477	43.142	42.871	1.177.369
EIB	148.893	164.696	147.363	141.322	67.699	-	669.973
Debêntures	101.643	378.511	128.271	76.925	282.719	336.185	1.304.254
Repasse Res.4131	11.437	403.069	-	-	-	-	414.506
	589.834	1.188.698	536.230	478.724	393.560	379.056	3.566.102
Dívida Total Consolidada	17%	33%	15%	13%	11%	11%	100%

Período findo em 31/12/2015 (R\$ mil)	Até dez/16	Até dez/17	Até Dez/18	Até Dez/19	Até Dez/20	2021 diante	Total
BNDES	348.855	286.902	229.845	228.664	190.553		1.284.818
EIB	186.007	170.634	168.122	160.906	128.400	54.946	869.014
Debêntures	28.397	66.156	337.949	116.488	332.240	316.960	1.198.190
Repasse Res.4131	13.463	12.860	444.721	-	-	-	471.045
	576.722	536.552	1.180.636	506.058	651.193	371.906	3.823.067
Dívida Total Consolidada	15%	14%	31%	13%	17%	10%	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Período findo em 31/12/2014 (R\$ mil)	Até dez/15	Até dez/16	Até Dez/17	Até Dez/18	Até Dez/19	2020 diante	Total
BNDES	217.515	311.338	276.561	208.620	208.620	174.120	1.396.774
EIB	97.259	124.492	121.288	116.038	109.801	122.586	691.464
Debêntures	10.031	-	-	41.332	332.488	194.764	578.615
Repasse Res.4131	141.860	10.943	193.240	120.450	-	-	466.493
	466.665	446.773	591.089	486.440	650.909	491.470	3.133.346
Divida Total Consolidada	15%	14%	19%	16%	21%	16%	

Exercício findo em 31/12/2013 (R\$ mil)	Até dez/14	Até dez/15	Até dez/16	Até Dez/17	Até Dez/18	2019 diante	Total
BNDES	253.030	167.069	242.437	185.820	129.203	234.687	1.212.245
Banco IBM	1.068	-	-	-	-	-	1.068
EIB	29.647	69.952	97.786	99.421	101.115	228.404	626.325
Debêntures	41.046	-	-	42.258	312.747	185.321	581.372
Repasse Res.4131	11.592	116.796	-	175.194	116.796	-	420.377
	336.383	353.816	340.223	502.692	659.861	648.411	2.841.387
Divida Total Consolidada	12%	12%	12%	18%	23%	23%	

Financiamentos Relevantes

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos contratos relevantes celebrados entre a Companhia e seus principais credores, para os três últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia era parte em três contratos relevantes de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES assim considerados aqueles com valor nominal superior a R\$370 milhões. Estes contratos possuem fianças bancárias de bancos de primeira linha como garantia dos mesmos.

Em 09 de junho de 2009, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 665 milhões, dividido em seis sub-créditos, todos remunerados por TJLP acrescida de 1,8% ao

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ano e de um spread de 1,0% ao ano. Em 31 de dezembro de 2015, o custo efetivo deste financiamento foi 9%, em 31 de dezembro de 2014, o custo efetivo deste financiamento foi 7,80% e em 31 de dezembro de 2013, o custo efetivo deste financiamento foi de 7,96%.

O principal da dívida decorrente do contrato será pago em 72 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de julho 2011, comprometendo-se a Companhia a liquidar a última prestação em 15 de junho de 2017. Estes recursos se destinam ao apoio ao plano de investimentos da Companhia para os anos 2009-2011, divididos em três partes: Expansão (Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista), Suporte Operacional e outros investimentos (que compreendem sistemas de informática, equipamentos e ampliação da estrutura administrativa – escritórios e bases de atendimento a clientes).

Em 02 de outubro de 2012, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em cinco sub-créditos, conforme segue abaixo:

- Sub-crédito A: O valor contratado é de R\$775,8 milhões, com o custo de TJLP acrescido de um spread de 1,8% ao ano, acrescido de 1% ao ano a título de custo de captação. O prazo total é de sessenta e três meses, com início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020;
- Sub-crédito A1: O valor contratado é de R\$227,9 milhões, com o custo de juros à taxa de 1,8% ao ano, base 252 dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O prazo total é de sessenta e três meses, com início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020;
- Sub-crédito B: O valor contratado é de R\$97,3 milhões, com o custo de TJLP acrescido de um spread de 1,8% ao ano, acrescido de spread de 1% ao ano a título de custo de captação. O prazo total é de sessenta e três meses, com início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020;
- Sub-crédito B1: O valor contratado é de R\$28,6 milhões, com o custo de juros à taxa de 1,8% ao ano, base 252 dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O prazo total é de sessenta e três meses, com início de amortização em 15 de agosto de 2015 e vencimento previsto para 12 de outubro de 2020;
- Sub-crédito C: O valor contratado é de R\$5,6 milhões, com o custo de TJLP. O prazo total é de quarenta e oito meses, com início de amortização em 15 de novembro de 2014 e vencimento previsto para 15 de outubro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estes recursos se destinam ao apoio ao plano de investimentos da Companhia para os anos 2012-2014, destinado à expansão, modernização, remanejamento e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos para dar suporte à operação da Companhia, dentro de todos os mercados em que a Comgás presta o serviço público de distribuição de gás.

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$370,6 milhões, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo, todos com prazo final de vencimento em 15 de junho de 2023:

- Subcrédito A: O valor contratado é de R\$92,2 milhões, com o custo de TJLP acrescido de um spread de 2,0% ao ano. O prazo total é de sessenta meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023;
- Sub-crédito B: O valor contratado é de R\$153,6 milhões, com a remuneração de TJLP acrescido de um spread de 2,0% ao ano. O prazo total é de sessenta meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023;
- Subcrédito C: O valor contratado é de R\$122,9 milhões, com a remuneração de 1,96% ao ano, referenciada na taxa SELIC. O prazo total é de sessenta meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023; e
- Sub-crédito D: O valor contratado é de R\$1,8 milhão, com a remuneração de TJLP. O prazo total é de sessenta meses, com início de amortização em 15 de julho de 2018 e vencimento previsto para 15 de junho de 2023. Sobre o valor total do contrato incidirá, a título de comissão por colaboração financeira, o valor de 0,3%.

Estes recursos se destinam ao apoio ao plano de investimentos da Companhia para os anos 2015 a 2017, destinado à expansão e saturação da rede de distribuição de gás natural, ao Plano de Investimento em Tecnologia e investimentos em algumas bases operacionais e de atendimento a clientes, para os Subcréditos A, B e C e investimentos sociais no âmbito da comunidade na área de influência da Companhia para o Subcrédito D.

Até 30 de setembro de 2016 a Companhia não havia realizado nenhum desembolso para este contrato.

Banco Europeu de Investimentos (EIB)

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia era parte em 2 contratos de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (EIB) descritos abaixo, cuja estrutura de garantia se dá através de fianças bancárias de bancos de primeira linha.

Em 26 de março de 2010, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao EIB no valor de EUR100 milhões distribuídos em duas tranches. O custo da 1ª tranche equivale a 3,881% a.a. e o custo da 2ª tranche equivale a 2,936% a.a. O principal da dívida decorrente do contrato será pago em 12 prestações semestrais, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, sendo que a primeira prestação da 1ª

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

tranche venceu em 11 de dezembro 2014 e a da 2a tranche venceu em 23 de março de 2015, comprometendo-se a Companhia a liquidar a última prestação da 1a tranche em 11 de junho de 2020 e da 2a tranche em 22 de setembro de 2020. O projeto inclui preliminarmente a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

Em 24 de novembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao EIB no valor de EUR100 milhões que foram distribuídos em duas tranches. O custo deste financiamento é a LIBOR 6M. O principal da dívida decorrente do contrato será pago em 12 prestações semestrais, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, sendo que a primeira prestação da 1a tranche venceu em 27 de novembro 2015 e a da 2a tranche venceu em 15 de setembro de 2015, comprometendo-se a Companhia a liquidar a última prestação da 1a tranche em 27 de maio de 2021 e da 2a tranche em 15 de setembro de 2021. O projeto inclui preliminarmente a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

Debênture

Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, em três séries no montante total de R\$ 540 milhões, destinaram-se, prioritariamente, para o pagamento de notas promissórias comerciais, emitidas em 01 de março de 2013 ("Notas Comerciais"), sendo que os recursos captados mediante a emissão das Notas Comerciais foram destinados para o financiamento do programa de investimento da expansão, manutenção e suporte da rede de distribuição de gás natural, bem como conexão de novos clientes da Emissora, na região do Vale do Paraíba, baixada santista, região metropolitana de São Paulo e interior do estado, sendo destinados ainda a projetos de tecnologia da informação da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações, em 3 séries, da Companhia. Os recursos captados, em três séries no montante total de R\$ 592 milhões, destinaram-se, prioritariamente, ao financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a renovação de redes, ramais, conjunto de regulação, remanejamento e reforços de redes, no âmbito do plano de suporte da Companhia.

The Bank of Nova Scotia

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou um financiamento, em 09 de março de 2015, com The Bank of the Nova Scotia, por meio de um contrato de empréstimo de USD 75 milhões, com incidência de juros à taxa de 2,3630% a.a., com vencimento 12 de março de 2018. Trata-se de um contrato que não conta com qualquer estrutura de garantias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ**

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou um financiamento, em 06 de fevereiro de 2013, com Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, por meio de um contrato de empréstimo de USD 50 milhões, com incidência de juros à taxa de 2,21% a.a. até 10 de fevereiro de 2014 e à taxa de 2,46%a.a até o vencimento em 08 de fevereiro de 2018. Trata-se de um contrato que não conta com qualquer estrutura de garantias.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia informam que em 30 de setembro de 2016 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Em decorrência da característica do tipo de negócio e tipo de expansão imprimido pelos administradores da Companhia, as agências de fomento (nacionais e internacionais) têm suprido adequadamente a necessidade de financiamento na expansão do negócio, à exceção da 4ª emissão de debêntures da Companhia que teve intuito de refinar o capital de giro no longo prazo. Para o futuro, eventuais relações dependerão da estratégia seguida pela Companhia.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. Contudo, os Diretores esclarecem que, atualmente, o BNDES e o EIB podem ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os diretores da Companhia informam que quatro contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (covenants) mínimos, conforme descritos abaixo:

Contrato celebrado entre a Companhia e The Bank of Nova Scotia de 12 de março de 2015:

I. A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses (verificação anual): deverá ser igual ou menor que 4.

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78, enquanto que em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28 e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 1,49.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

II. A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual): deverá ser igual ou menor que 0,6.

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18, enquanto que em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17 e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 0,15.

Contrato celebrado entre a Companhia e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, em 06 de fevereiro de 2013:

I. A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses (verificação anual): deverá ser igual ou menor do que 3,75.

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78, enquanto que em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28 e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 1,49.

II. A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual): deverá ser igual ou menor que 0,55.

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18, enquanto que em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17 e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 0,15.

3ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia, emitida em 16 de outubro de 2013:

I. A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) deverá ser igual ou menor do que 4,00:

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78, enquanto em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28, e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 1,49.

A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) deverá ser igual ou menor do que 0,60:

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18, enquanto em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17, e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 0,15.

4ª emissão de debêntures simples quirografárias, não conversíveis em ações da Companhia, emitida em 15 de dezembro de 2015:

I. A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) deverá ser igual ou menor do que 4,00:

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,78, enquanto em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 1,28, e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 1,49.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

II. A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) deverá ser igual ou menor do que 0,60:

Em 31 de dezembro de 2015 este índice correspondia a 0,18, enquanto em 31 de dezembro de 2014 este índice correspondia a 0,17, e em 31 de dezembro de 2013 este índice correspondia a 0,15.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os diretores da Companhia informam que em 30 de setembro de 2016 havia um total de R\$ 3.566 milhões em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos (inclusive BNDES e EIB), tanto no curto como no longo prazo, enquanto que em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 havia um total de R\$ 3.823 milhões, R\$ 3.133 milhões e R\$ 2.841 milhões, respectivamente. Em 30 de setembro de 2016 havia valores de contratos assinados que ainda não foram desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 256 milhões, 7% do total das linhas de financiamento contratadas. Em 31 de dezembro de 2015 havia valores de contratos assinados que ainda não foram desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 371 milhões, 10% do total das linhas de financiamento contratadas. Enquanto que em 31 de dezembro de 2014 o valor de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados era de R\$ 66,8 milhões, representando 2,1% dos financiamentos contratados, enquanto que em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R\$ 467 milhões, representando 16,4%. Nestes volumes não estão incluídos os valores disponíveis em linhas de crédito que a Companhia dispõe junto aos bancos com os quais mantém relacionamento, pois estes dados não são controlados da Companhia. Instrumentos financeiros derivativos são contratados com caráter único e exclusivo de proteção de dívida (atualmente a Companhia utiliza instrumentos derivativos para proteção das dívidas em moeda estrangeira).

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os diretores informam que o resumo das demonstrações financeiras da Companhia do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, foi extraído das demonstrações financeiras, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP no 22 de 19 de novembro de 1999.

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a adotar o pronunciamento revisado CPC 33(R1) correspondente ao IAS 19 (R) – Employee benefits, cujas alterações eliminam o método do “corredor”; racionalizam as alterações entre o ativo e o passivo dos planos, reconhecendo no resultado do período o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano e no lucro abrangente as mensurações de ganhos e perdas, e retorno do ativo (excluindo o montante dos juros sobre retorno de ativos reconhecidos no resultado); e as mudanças no efeito do teto do plano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Comparação dos resultados nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015

Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil exceto quando indicado de outra forma.

	Período de nove meses findo em 30/09/2015	AV	Período de nove meses findo em 30/09/2016	AV	AH
Receita Líquida de Vendas	4.948.174	100,00%	4.333.163	100,00%	-12,43%
Vendas de gás	4.618.671	93,34%	4.066.819	93,85%	-11,95%
Receita de construção - ICPC 01	303.683	6,14%	231.869	5,35%	-23,65%
Outras receitas	25.820	0,52%	34.475	0,80%	33,52%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.487.020	-70,47%	-2.321.714	-53,58%	-33,42%
Custo do gás	-2.707.471	-54,72%	-1.618.124	-37,34%	-40,23%
Transporte e outros	-475.866	-9,62%	-471.721	-10,89%	-0,87%
Construção - ICPC 01	-303.683	-6,14%	-231.869	-5,35%	-23,65%
Resultado Bruto	1.461.154	29,53%	2.011.449	46,42%	37,66%
Despesas/Receitas Operacionais	-613.536	-12,40%	-638.179	-14,73%	4,02%
Despesas com Vendas	-100.876	-2,04%	-108.918	-2,51%	7,97%
Despesas Gerais e Administrativas	-509.898	-10,30%	-527.331	-12,17%	3,42%
Outras Receitas Operacionais	1.122	0,02%	9.610	0,22%	756,51%
Outras Despesas Operacionais	-3.884	-0,08%	-11.540	-0,27%	197,12%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	847.618	17,13%	1.373.270	31,69%	62,02%
Resultado Financeiro	-131.362	-2,65%	-197.676	-4,56%	50,48%
Receitas Financeiras	179.888	3,64%	228.697	5,28%	27,13%
Despesas Financeiras	-311.250	-6,29%	-426.373	-9,84%	36,99%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	716.256	14,48%	1.175.594	27,13%	64,13%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-257.931	-5,21%	-408.208	-9,42%	58,26%
Lucro Líquido do período	458.325	9,26%	767.386	17,71%	67,43%

RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

A Receita Líquida de venda de Bens e/ou Serviços da Companhia passou de R\$ 4.948.174 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 4.333.163 no mesmo período encerrado em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 12,43%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**A. VENDA DE GÁS**

As vendas de gás passaram de R\$ 4.618.671 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 4.066.819 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 11,95%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelas atualizações das tarifas de acordo com as deliberações, nº 575 (maio/15) e nº 648 (mai/16) da ARSESP.

B. RECEITA DE CONSTRUÇÃO – ICPC 01

A receita de construção passou de R\$ 303.683, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 231.869 no período findo em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 23,65% devido principalmente ao menor nível de investimentos feitos pela Companhia.

CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$ 3.487.020 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 2.321.714 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 33,42%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. CUSTO DO GÁS / TRANSPORTE E OUTROS

O custo do gás passou de R\$ 2.707.471 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 1.618.124 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 40,23%.

O custo de transporte e outros passou de R\$ 475.866 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 471.721 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 0,87%.

Os diretores entendem que essas variações ocorreram principalmente pelos seguintes motivos:

- redução do preço do petróleo, atrelado aos contratos de fornecimentos de gás;
- queda da taxa do dólar na comparação entre os períodos.

B. CONSTRUÇÃO – ICPC 01

O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de 303.683 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 231.869 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 23,65%, que acompanha o decréscimo na receita de construção ICPC 01, comentado anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RESULTADO BRUTO**

O resultado bruto da Companhia passou de R\$ 1.461.154 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 2.011.449 no mesmo período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 37,66%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido a redução no custo do gás, fruto principalmente da queda do preço do petróleo e da variação negativa da taxa do dólar.

DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas / receitas operacionais da Companhia passaram de R\$ 613.536 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 638.179 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 4,02%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas passaram de R\$ 100.876 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 108.918 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 7,97% justificado pelas maiores despesas com pessoal, em função do dissídio coletivo de trabalho e correção das despesas pela inflação do período.

B. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 509.898 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 527.331 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 3,42%, principalmente pelo aumento das despesas com pessoal, em função do dissídio coletivo e correção das despesas pela inflação do período.

C. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais passaram de R\$ 1.122 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 9.610 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 756,51%, devido ao reconhecimento dos créditos extemporâneos sobre Pis/Cofins referente a ano de 2015 e o maior volume de venda de ativos tratados como sucata ao longo do período comparado.

D. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais passaram de R\$ 3.884 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 para R\$ 11.540 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 197,12%, em decorrência das baixas de projetos descontinuados e por conta da maior baixa de ativos realizada ao longo do período comparado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS

O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia passou de R\$ 847.618 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 1.373.270 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 62,02% devido aos motivos citados anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 131.362 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 197.676 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 50,48%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras passaram de R\$ 179.888 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 228.697 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 27,13%, devido aos rendimentos de aplicações financeiras associados ao maior nível de caixa pela Companhia e pela capitalização dos juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo, exercícios 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás.

B. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras passaram de R\$ 311.250 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 426.373 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 36,99%, especialmente por conta de maiores taxas de juros apresentadas ao longo do período, justificada pelo aumento da SELIC entre os períodos citados, a qual impactou diretamente todas as dívidas atreladas ao CDI.

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

O resultado antes dos tributos sobre o lucro passou de R\$ 716.256 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 1.175.594 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 64,13%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e contribuição social sobre lucro passou de R\$ 257.931 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, para R\$ 408.208 no mesmo período findo em 30 de setembro de 2016, representando um acréscimo de 58,26%. Este acréscimo reflete o crescimento apresentado no período comparado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO**

Como efeito desse desempenho o lucro líquido obteve crescimento de 67,43%, passando de R\$ 458.325 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2015 para R\$ 767.386 no mesmo período encerrado em 30 de setembro de 2016. Ao longo do período comparativo a Companhia ultrapassou a marca de 1,6 milhão de clientes, 7,4% maior em relação ao mesmo período do ano anterior, distribuiu 3,2 bilhões de metros cúbicos de gás, sendo que o resultado foi impactado diretamente pela redução do preço do petróleo, atrelado aos contratos de fornecimento de gás e a queda da taxa do dólar na comparação entre os períodos.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil exceto quando indicado de outra forma.

	<u>31/12/2014</u>	<u>AV</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>AV</u>	<u>AH</u>
Receita Líquida de Vendas	6.387.103	100,00%	6.597.017	100,00%	3,29%
Vendas de gás	5.865.164	91,83%	6.151.930	93,25%	4,89%
Receita de construção - ICPC 01	481.314	7,54%	408.086	6,19%	-15,21%
Outras receitas	40.625	0,64%	37.001	0,56%	-8,92%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.494.910	-70,37%	-4.580.204	-69,43%	1,90%
Custo do gás	-3.580.552	-56,06%	-3.525.522	-53,44%	-1,54%
Transporte e outros	-433.044	-6,78%	-646.596	-9,80%	49,31%
Construção - ICPC 01	-481.314	-7,54%	-408.086	-6,19%	-15,21%
Resultado Bruto	1.892.193	29,63%	2.016.813	30,57%	6,59%
Despesas/Receitas Operacionais	-842.306	-13,19%	-846.266	-12,83%	0,47%
Despesas com Vendas	-116.592	-1,83%	-145.291	-2,20%	24,61%
Despesas Gerais e Administrativas	-714.849	-11,19%	-694.859	-10,53%	-2,80%
Outras Receitas Operacionais	983	0,02%	1.776	0,03%	80,67%
Outras Despesas Operacionais	-11.848	-0,19%	-7.892	-0,12%	-33,39%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.049.887	16,44%	1.170.547	17,74%	11,49%
Resultado Financeiro	-193.025	-3,02%	-181.889	-2,76%	-5,77%
Receitas Financeiras	111.485	1,75%	238.620	3,62%	114,04%
Despesas Financeiras	-304.510	-4,77%	-420.509	-6,37%	38,09%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	856.862	13,42%	988.658	14,99%	15,38%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-245.261	-3,84%	-289.806	-4,39%	18,16%
Lucro Líquido do Exercício	611.601	9,58%	698.852	10,59%	14,27%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS**

A Receita Líquida de venda de Bens e/ou Serviços da Companhia passou de R\$ 6.387.103 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.597.017 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 3,29%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

A. VENDA DE GÁS

As vendas de gás passaram de R\$ 5.865.164 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.151.930 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 4,89%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelas atualizações das tarifas de acordo com as deliberações, no 534 (dezembro/14) e no 575 (maio/15) da ARSESP.

B. RECEITA DE CONSTRUÇÃO – ICPC 01

A receita de construção passou de R\$ 481.314, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 408.086 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 15,21%, devido principalmente ao menor nível de investimentos feitos pela Companhia.

CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$ 4.494.910 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 4.580.204 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 1,90%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. CUSTO DO GÁS / TRANSPORTE E OUTROS

O custo do gás passou de R\$ 3.580.552 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 3.525.522 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 1,54%. O custo de transporte e outros passou de R\$ 433.044 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 646.596 no período findo em 31 de dezembro de 2015, representando acréscimo de 49,31%. Os diretores entendem que essas variações ocorreram principalmente pelos seguintes motivos:

- O decréscimo no custo do gás ocorreu em virtude do preço ser atrelado ao MMBTU cujo preço sofreu forte queda durante 2015, sendo amenizado pela alta do dólar neste mesmo período.
- O acréscimo no custo do transporte ocorreu em virtude do preço ser atrelado somente ao dólar, que teve forte alta durante o período de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**B. CONSTRUÇÃO – ICPC 01**

O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de 481.314 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 408.086 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 15,21%, que acompanha o decréscimo na receita de construção ICPC 01, comentado anteriormente.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto da Companhia passou de R\$ 1.892.193 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 2.016.813 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 6,59%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao aumento na receita líquida, fruto principalmente de reajustes tarifários, apesar de maiores custos com transporte no mesmo período.

DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas / receitas operacionais da Companhia passaram de R\$ 842.306 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 846.266 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 0,47%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas passaram de R\$ 116.592 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 145.291 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 24,61% justificado pela inflação acumulada no período em conjunto com aumentos nas despesas com pessoal, e aumentos pontuais nas provisões para devedores duvidosos.

B. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 714.849 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 694.859 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 2,80%, principalmente por conta da amortização acelerada de alguns ativos que foram totalmente amortizados ao longo de 2014.

C. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais passaram de R\$ 983 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.776 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 80,67%. principalmente pelo maior volume de venda de ativos tratados como sucata ao longo de 2015.

D. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais passaram de R\$ 11.848 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 7.892 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 33,39%, principalmente por conta da maior baixa de ativos realizada ao longo de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS

O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia passou de R\$ 1.049.887 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.170.547 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 11,49% devido aos motivos citados anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 193.025 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para uma despesa de R\$ 181.889 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 5,77%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras passaram de R\$ 111.485 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 238.620 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 114,04%, devidos aos rendimentos de aplicações financeiras associados ao maior nível de caixa pela Companhia ao longo de 2015 e juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a mudança de estimativa para fins fiscais decorrente da revisão de suas base de cálculo aplicando as taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes a rede de distribuição de gás.

B. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras passaram de R\$ 304.510 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 420.509 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 38,09%, especialmente por conta de maiores taxas de juros apresentadas ao longo do período, justificada pelo aumento da SELIC entre os períodos citados, a qual impactou diretamente todas as dívidas atreladas ao CDI, associado ao maior nível de endividamento.

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

O resultado antes dos tributos sobre o lucro passou de R\$ 856.862 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 988.658 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 15,38%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e contribuição social sobre lucro passaram de R\$ 245.261 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 289.806 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 18,16%. Este acréscimo reflete o crescimento apresentado no resultado de 2015 em relação a 2014.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Como efeito desse desempenho o lucro líquido obteve crescimento de 14,27%, passando de R\$ 611.601 no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 698.852 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente ao aumento da receita líquida no período, à manutenção das despesas em níveis praticamente estáveis e à melhora do resultado financeiro. Ao longo do ano a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ultrapassou a marca de 1,5 milhão de clientes, distribuiu 5,2 bilhões de metros cúbicos de gás, sendo que o resultado só foi obtido porque a Companhia ousou em sua estratégia comercial.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil exceto quando indicado de outra forma.

	<u>31/12/2013</u>	<u>AV</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>AV</u>	<u>AH</u>
Receita Líquida de Vendas	6.336.641	100,00%	6.387.103	100,00%	0,80%
Vendas de gás	5.634.532	88,92%	5.865.164	91,83%	4,09%
Receita de construção - ICPC 01	671.643	10,60%	481.314	7,54%	-28,34%
Outras receitas	30.466	0,48%	40.625	0,64%	33,35%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.556.572	-71,91%	-4.494.910	-70,37%	-1,35%
Custo do gás	-3.474.985	-54,84%	-3.580.552	-56,06%	3,04%
Transporte e outros	-409.944	-6,47%	-433.044	-6,78%	5,63%
Construção - ICPC 01	-671.643	-10,60%	-481.314	-7,54%	-28,34%
Resultado Bruto	1.780.069	28,09%	1.892.193	29,63%	6,30%
Despesas/Receitas Operacionais	-708.208	-11,18%	-842.306	-13,19%	18,93%
Despesas com Vendas	-121.979	-1,92%	-116.592	-1,83%	-4,42%
Despesas Gerais e Administrativas	-643.260	-10,15%	-714.849	-11,19%	11,13%
Outras Receitas Operacionais	68.378	1,08%	983	0,02%	-98,56%
Outras Despesas Operacionais	-11.347	-0,18%	-11.848	-0,19%	4,42%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.071.861	16,92%	1.049.887	16,44%	-2,05%
Resultado Financeiro	-191.005	-3,01%	-193.025	-3,02%	1,06%
Receitas Financeiras	51.025	0,81%	111.485	1,75%	118,49%
Despesas Financeiras	-242.030	-3,82%	-304.510	-4,77%	25,81%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	880.856	13,90%	856.862	13,42%	-2,72%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-261.945	-4,13%	-245.261	-3,84%	-6,37%
Lucro Líquido do Exercício	618.911	9,77%	611.601	9,58%	-1,18%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS**

A Receita Líquida de venda de Bens e/ou Serviços da Companhia passou de R\$ 6.336.641 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 6.387.103 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 0,80%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

A. VENDA DE GÁS

As vendas de gás passaram de R\$ 5.634.532 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 5.865.164 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 4,09%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente pelo aumento do preço do gás decorrente especialmente da variação cambial e dos reajustes de tarifas autorizados pelo órgão regulador nos meses de maio e dezembro de 2014.

B. RECEITA DE CONSTRUÇÃO – ICPC 01

A receita de construção passou de R\$ 671.643 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 481.314 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo de 28,34%, devido principalmente ao menor nível de investimentos feitos pela Companhia em 2014.

CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$ 4.556.572 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 4.494.910 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo de 1,35%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. CUSTO DO GÁS

O custo do gás passou de R\$ 3.474.985 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 3.580.552 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 3,04%. Os diretores entendem que essa variação ocorreu devido ao aumento efetivo no custo do gás natural decorrente dos contratos de fornecimento precificados em dólar.

B. CONSTRUÇÃO – ICPC 01

O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 671.643 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 481.314 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo de 28,34%, que acompanha o decréscimo na receita de construção ICPC 01, comentado anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RESULTADO BRUTO**

O resultado bruto da Companhia passou de R\$ 1.780.069 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.892.193 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 6,30%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: o ajuste das margens da Companhia pela inflação ocorrido em maio de 2014, líquida de um pior mix de venda entre segmentos no ano, visto que o segmento de termo geração, o qual apresenta a menor margem, foi proporcionalmente maior em 2014.

DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais da Companhia passaram de R\$ 708.208 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 842.306 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um acréscimo de 18,93%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas passaram de R\$ 121.979 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 116.592 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo de 4,42%, justificado pelo menor nível de provisões para devedores duvidosos durante o exercício de 2014.

B. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 643.260 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 714.849 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um acréscimo de 11,13%, devido ao aumento nas despesas de amortização (R\$ 331.388 em 2013 e R\$ 384.781 em 2014) ocorrido em virtude do incremento no ativo intangível, principalmente pelo crescimento da rede de distribuição.

C. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais passaram de R\$ 68.378 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 983 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo devido as vendas de ativos com ganhos líquidos de R\$ 66.300 durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Sendo a principal venda a de um terreno e edificações na região da Móoca.

D. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais passaram de R\$ 11.347 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 11.848 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS**

O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia passou de R\$ 1.071.861 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.049.887 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo de 2,05%, devido aos motivos apresentados nos itens acima.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 191.005 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para uma despesa de R\$ 193.025 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 1,06%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras passaram de R\$ 51.025 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 111.485 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um acréscimo de 118,49%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento no saldo de aplicações financeiras associado ao maior nível de caixa da Companhia durante o exercício de 2014.

B. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras passaram de R\$ 242.030 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 304.510 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 25,81%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, devido ao aumento no nível de endividamento bruto, bem como as maiores taxas de juros apresentadas ao longo de 2014.

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

O resultado antes dos tributos sobre o lucro passou de R\$ 880.856 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 856.862 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo de 2,72%, que é reflexo das variações das contas comentadas anteriormente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro passaram de R\$ 261.945 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 245.261 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um decréscimo de 6,37%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

O lucro líquido decresceu 1,18% passando de R\$ 618.911 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 611.601 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Os diretores entendem que a queda deve-se, principalmente, aos fatores explicados na linha de despesas, apesar da queda de custos no período.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Ativo	31 de dezembro 2015	AV	30 de setembro de 2016	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.967.643	22,19%	1.691.599	20,71%	-14,03%
Contas a receber - clientes	513.981	5,80%	538.931	6,60%	4,85%
Estoques	134.347	1,51%	138.783	1,70%	3,30%
Impostos a recuperar	117.064	1,32%	84.457	1,03%	-27,85%
Instrumentos financeiros derivativos	26.954	0,30%	21.278	0,26%	-21,06%
Partes relacionadas	1.240	0,01%	1.198	0,01%	-3,39%
Outros	28.751	0,32%	28.971	0,35%	0,77%
	2.789.980	31,46%	2.505.217	30,67%	-10,21%
Não circulante					
Realizável à longo prazo					
Contas a receber	37.036	0,42%	32.450	0,40%	-12,38%
Transporte pago e não utilizado	204.725	2,31%	245.064	3,00%	19,70%
Impostos a recuperar	13.540	0,15%	11.922	0,15%	-11,95%
Instrumentos financeiros derivativos	638.078	7,20%	464.839	5,69%	-27,15%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	593.443	6,69%	303.831	3,72%	-48,80%
Depósitos judiciais	43.495	0,49%	47.103	0,58%	8,30%
Outros	1.343	0,02%	1.715	0,02%	27,70%
	1.531.660	17,27%	1.106.924	13,55%	-27,73%
Intangível	4.546.391	51,27%	4.556.437	55,78%	0,22%
	6.078.051	68,54%	5.663.361	69,33%	-6,82%
Total do ativo	8.868.031	100,00%	8.168.578	100,00%	-7,89%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ATIVO CIRCULANTE**

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 2.789.980 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.505.217 em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 10,21%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelas variações nas contas de caixa e equivalentes de caixa, tendo como redução o pagamento de dividendos em fev/16 na ordem de R\$ 1.2 bilhão e como aumento a geração de caixa durante o período de 2016.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 6.078.051 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5.663.361 em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 6,82%. Os diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente: 1) pelas variações nas contas de instrumentos financeiros derivativos, nas quais estão registrados os resultados líquidos das operações de hedge das dívidas em moedas estrangeiras, favoráveis para a Companhia no período comparado em virtude da redução da cotação do dólar, liquidação dos fluxos das operações no período apresentado; 2) pela variação na conta imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente da revisão das apurações de exercícios anteriores, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação de imposto de renda IN 162/98, 3) e amenizados pela variação na conta de transporte pago e não utilizado, devido ao pagamento anual das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.**

Ativo	31 de dezembro de 2014	AV	31 de dezembro 2015	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	973.707	12,74%	1.967.643	22,19%	102,08%
Contas a receber - clientes	587.269	7,69%	485.994	5,48%	-17,25%
Outras contas a receber	20.939	0,27%	35.679	0,40%	70,39%
Estoques	125.406	1,64%	134.347	1,51%	7,13%
Transporte pago e não utilizado	5.442	0,07%	0	0,00%	-100,00%
Impostos a recuperar	115.485	1,51%	117.064	1,32%	1,37%
Instrumentos financeiros derivativos	-		26.954	0,30%	
Partes relacionadas	1.319	0,02%	1.240	0,01%	-5,99%
Outros	21.381	0,28%	21.059	0,24%	-1,51%
	<u>1.850.948</u>	<u>24,23%</u>	<u>2.789.980</u>	<u>31,46%</u>	<u>50,73%</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	36.993	0,48%	37.036	0,42%	0,12%
Transporte pago e não utilizado	158.244	2,07%	204.725	2,31%	29,37%
Impostos a recuperar	17.107	0,22%	13.540	0,15%	-20,85%
Instrumentos financeiros derivativos	335.058	4,39%	638.078	7,20%	90,44%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	799.051	10,46%	593.443	6,69%	-25,73%
Depósitos judiciais	42.029	0,55%	43.495	0,49%	3,49%
Outros	1.704	0,02%	1.343	0,02%	-21,19%
	<u>1.390.186</u>	<u>18,20%</u>	<u>1.531.660</u>	<u>17,27%</u>	<u>10,18%</u>
Intangível	<u>4.399.290</u>	<u>57,58%</u>	<u>4.546.391</u>	<u>51,27%</u>	<u>3,34%</u>
	<u>5.789.476</u>	<u>75,77%</u>	<u>6.078.051</u>	<u>68,54%</u>	<u>4,98%</u>
Total do ativo	<u><u>7.640.424</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>8.868.031</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>16,07%</u></u>

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 1.850.948 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 2.789.980 em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 50,73%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelas variações nas contas de caixa e equivalentes de caixa, especificamente no saldo de aplicações financeiras no exercício em virtude da geração de caixa durante 2015 e das captações de debêntures em dezembro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.789.476 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 6.078.051 no mesmo período em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 4,98%. Os diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente: 1) pelas variações nas contas de instrumentos financeiros derivativos, nas quais estão registrados os resultados líquidos das operações de hedge das dívidas em moedas estrangeiras, favoráveis para a Companhia no período comparado em virtude do recente aumento da cotação do dólar; 2) pela variação na conta de transporte pago e não utilizado devido ao pagamento anual das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás, e 3) pela variação na conta imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da revisão das apurações de exercícios anteriores, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação do imposto de renda e, 4) e pela variação na conta intangível, em decorrência dos investimentos em programas de expansão de rede e conexão de novos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013.****Balanços Patrimoniais**

em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro		31 de dezembro		
	de 2013	AV	de 2014	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	535.957	7,75%	973.707	12,74%	81,68%
Contas a receber - clientes	573.855	8,29%	587.269	7,69%	2,34%
Outras contas a receber	11.759	0,17%	20.939	0,27%	78,07%
Estoques	121.253	1,75%	125.406	1,64%	3,43%
Transporte pago e não utilizado	133.823	1,93%	5.442	0,07%	-95,93%
Impostos indiretos a compensar	92.144	1,33%	115.485	1,51%	25,33%
Ativos com partes relacionadas	1.708	0,02%	1.319	0,02%	-22,78%
Outros	27.394	0,40%	21.381	0,28%	-21,95%
	<u>1.497.893</u>	<u>21,65%</u>	<u>1.850.948</u>	<u>24,23%</u>	<u>23,57%</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	28.665	0,41%	36.993	0,48%	29,05%
Transporte pago e não utilizado	-	-	158.244	2,07%	100,00%
Impostos a recuperar	18.366	0,27%	17.107	0,22%	-6,86%
Instrumentos financeiros derivativos	257.814	3,73%	335.058	4,39%	29,96%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	955.784	13,81%	799.051	10,46%	-16,40%
Depósitos judiciais	26.671	0,39%	42.029	0,55%	57,58%
Outros	1.403	0,02%	1.704	0,02%	21,45%
	<u>1.288.703</u>	<u>18,62%</u>	<u>1.390.186</u>	<u>18,20%</u>	<u>7,87%</u>
Intangível					
	<u>4.132.663</u>	<u>59,73%</u>	<u>4.399.290</u>	<u>57,58%</u>	<u>6,45%</u>
	<u>5.421.366</u>	<u>78,35%</u>	<u>5.789.476</u>	<u>75,77%</u>	<u>6,79%</u>
Total do ativo	<u><u>6.919.259</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>7.640.424</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>10,42%</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ATIVO CIRCULANTE**

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 1.497.893 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.850.948 em 31 de dezembro de 2014, representando um acréscimo de 23,57%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelas variações nas contas de caixa e equivalentes de caixa, líquido de transporte pago e não utilizado transferido em parte para o grupo de Ativo não circulante.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.421.366 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 5.789.476 em 31 de dezembro de 2014, representando um acréscimo de 6,79%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo reconhecimento do Transporte pago e não utilizado no grupo de ativo não circulante e pelas variações nas contas de instrumentos financeiros derivativos nas quais estão registrados os resultados líquidos das operações de hedge das dívidas em moedas estrangeiras, favoráveis para a Companhia durante o ano em virtude valorização da cotação do dólar no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.**

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro 2015	AV	30 de setembro de 2016	AV	AH
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	548.326	6,18%	488.191	5,98%	-10,97%
Debêntures não conversíveis	28.397	0,32%	101.643	1,24%	257,94%
Fornecedores	1.302.397	14,69%	1.172.843	14,36%	-9,95%
Outros passivos financeiros	-	-	4.680	0,06%	n.a.
Partes relacionadas	3.095	0,03%	3.648	0,04%	17,87%
Salários e encargos sociais	60.523	0,68%	51.465	0,63%	-14,97%
Impostos e contribuições a recolher	96.279	1,09%	199.443	2,44%	107,15%
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.426	0,04%	611	0,01%	-82,17%
Adiantamento de clientes e outros	1.006	0,01%	1.006	0,01%	0,00%
Outras contas a pagar	4.525	0,05%	6.069	0,07%	34,12%
	2.047.974	23,09%	2.029.599	24,85%	-0,90%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.076.551	23,42%	1.773.657	21,71%	-14,59%
Debêntures não conversíveis	1.169.793	13,19%	1.202.611	14,72%	2,81%
Adiantamento de clientes e outros	21.815	0,25%	20.780	0,25%	-4,74%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	295.698	3,33%	309.262	3,79%	4,59%
Provisão para contingências	74.798	0,84%	83.881	1,03%	12,14%
	3.638.655	41,03%	3.390.191	41,50%	-6,83%
Total do passivo	5.686.629	64,13%	5.419.790	66,35%	-4,69%
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	1.143.548	12,90%	1.312.376	16,07%	14,76%
Reservas de capital	563.961	6,36%	395.133	4,84%	-29,94%
Reservas de reavaliação	6.363	0,07%	6.134	0,08%	-3,60%
Reservas de lucro	1.525.230	17,20%	325.459	3,98%	-78,66%
Lucro do período	-	-	767.386	9,39%	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-57.700	-0,65%	-57.700	-0,71%	0,00%
	3.181.402	35,87%	2.748.788	33,65%	-13,60%
Total do passivo e patrimônio líquido	8.868.031	100,00%	8.168.578	100,00%	-7,89%

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 2.047.974 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.029.599 no período encerrado em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 0,90%. Os diretores da Companhia entendem que essa pequena variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de: 1) empréstimos e financiamentos, por conta da liquidação de contratos de empréstimos e variação na taxa do dólar; 2) redução do saldo de fornecedores, devido a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

processo destacado no item 4.5 deste Formulário de Referência, que possibilitou a Companhia a não pagar parte do custo do gás discutido em juízo com a Petrobras; e 3) Debêntures não conversíveis, reflexo da variação monetária no saldo principal.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.638.655 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.390.191 no período encerrado em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 6,83%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente na linha de empréstimos e financiamentos, pela quitação de alguns contratos de financiamentos e queda na taxa do dólar.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 3.181.402 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.748.788 no período encerrado em 30 de setembro de 2016, representando um decréscimo de 13,60%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao pagamento de dividendos em fevereiro de 2016 no montante de R\$1.2 bilhões originários de retenção de lucros sendo amenizado pelo resultado apurado no período de 2016 no montante de R\$ 767 milhões demonstrados na variação da conta reserva de lucros.

O capital social passou de R\$ 1.143.548 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.312.376 no período encerrado em 30 de setembro de 2016, representando um aumento de 14,76%. Os diretores entendem que esta variação deve-se ao aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, mediante a capitalização da reserva especial de ágio, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2.016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.**

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2014	AV	31 de dezembro 2015	AV	AH
Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	4.960	0,06%	-		-100,00%
Empréstimos e financiamentos	456.634	5,98%	548.326	6,18%	20,08%
Debêntures não conversíveis	10.031	0,13%	28.397	0,32%	183,09%
Fornecedores	848.770	11,11%	1.302.397	14,69%	53,45%
Partes relacionadas	8.612	0,11%	3.095	0,03%	-64,06%
Provisões trabalhistas, salários e encargos	49.649	0,65%	60.523	0,68%	21,90%
Impostos e contribuições a recolher	95.687	1,25%	96.279	1,09%	0,62%
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.196	0,25%	3.426	0,04%	-82,15%
Adiantamento de clientes e outros	1.067	0,01%	1.006	0,01%	-5,72%
Outras contas a pagar	2.766	0,04%	4.525	0,05%	63,59%
	1.497.372	19,60%	2.047.974	23,09%	36,77%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.098.097	27,46%	2.076.551	23,42%	-1,03%
Debêntures não conversíveis	568.584	7,44%	1.169.793	13,19%	105,74%
Adiantamento de clientes e outros	25.580	0,33%	21.815	0,25%	-14,72%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	278.562	3,65%	295.698	3,33%	6,15%
Provisão para contingências	63.367	0,83%	74.798	0,84%	18,04%
	3.034.190	39,71%	3.638.655	41,03%	19,92%
Total do passivo	4.531.562	59,31%	5.686.629	64,13%	25,49%
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	1.002.858	13,13%	1.143.548	12,90%	14,03%
Reservas de capital	704.651	9,22%	563.961	6,36%	-19,97%
Reservas de reavaliação	7.523	0,10%	6.363	0,07%	-15,42%
Reservas de lucro	1.452.647	19,01%	1.525.230	17,20%	5,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	-58.817	-0,77%	-57.700	-0,65%	-1,90%
	3.108.862	40,69%	3.181.402	35,87%	2,33%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.640.424	100,00%	8.868.031	100,00%	16,07%

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.497.372 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 2.047.974 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 36,77%. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de: 1) aumento do saldo de fornecedores, devido a processo destacado no item 4.5 deste Formulário de Referência, que possibilitou a Companhia a não pagar parte do custo do gás

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

discutido em juízo com a Petrobras e, 2) empréstimos e financiamentos, por conta da contratação de novos empréstimos, bem como pelo aumento da taxa SELIC no período.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.034.190 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3.638.655 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 19,92%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente na linha das debêntures referente a 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia, captadas em três séries, totalizando R\$ 591.894.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 3.108.862 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3.181.402 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 2,33%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pela incorporação do lucro do exercício de 2015. O aumento do capital social se deu através das reservas de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013.****Balancos Patrimoniais**

em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	31 de		31 de		AH
	dezembro	AV	dezembro	AV	
	de 2013		de 2014		
Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	48.282	0,70%	4.960	0,06%	-89,73%
Empréstimos e financiamentos	295.337	4,27%	456.634	5,98%	54,61%
Debêntures não conversíveis	41.046	0,59%	10.031	0,13%	-75,56%
Fornecedores	706.397	10,21%	848.770	11,11%	20,15%
Partes relacionadas	5.986	0,09%	8.612	0,11%	43,87%
Provisões trabalhistas, salários e encargos	50.203	0,73%	49.649	0,65%	-1,10%
Impostos e contribuições a recolher	91.199	1,32%	95.687	1,25%	4,92%
Dividendos e juros sobre capital próprio	147.451	2,13%	19.196	0,25%	-86,98%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.296	0,13%	-	-	-100,00%
Adiantamento de clientes	3.963	0,06%	1.067	0,01%	-73,08%
Outras contas a pagar	4.126	0,06%	2.766	0,04%	-32,96%
	<u>1.403.286</u>	<u>20,28%</u>	<u>1.497.372</u>	<u>19,60%</u>	<u>6,70%</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.964.678	28,39%	2.098.097	27,46%	6,79%
Debêntures não conversíveis	540.326	7,81%	568.584	7,44%	5,23%
Adiantamento de clientes e outros	24.451	0,35%	23.550	0,31%	-3,68%
Bônus a pagar	2.758	0,04%	2.030	0,03%	-26,40%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	267.242	3,86%	278.562	3,65%	4,24%
Provisão para contingências	60.079	0,87%	63.367	0,83%	5,47%
	<u>2.859.534</u>	<u>41,33%</u>	<u>3.034.190</u>	<u>39,71%</u>	<u>6,11%</u>
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	764.155	11,04%	1.002.858	13,13%	31,24%
Reservas de capital	845.474	12,22%	704.651	9,22%	-16,66%
Reservas de reavaliação	9.339	0,13%	7.523	0,10%	-19,45%
Reservas de lucro	1.100.738	15,91%	1.452.647	19,01%	31,97%
Ajuste de avaliação patrimonial	-63.267	-0,91%	-58.817	-0,77%	-7,03%
	<u>2.656.439</u>	<u>38,39%</u>	<u>3.108.862</u>	<u>40,69%</u>	<u>17,03%</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>6.919.259</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>7.640.424</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>10,42%</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**PASSIVO CIRCULANTE**

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.403.286 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.497.372 em 31 de dezembro de 2014, representando um acréscimo de 6,70%. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de empréstimos e financiamentos, devido às novas captações do período, e de fornecedores impactada principalmente pelo maior custo do gás comprado da Petrobras.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2.859.534 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 3.034.190 em 31 de dezembro de 2014, representando um acréscimo de 6,11%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento no nível de endividamento, devido as novas captações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 2.656.439 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 3.108.862 em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 17,03%. Os diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento do capital social da Companhia aprovado na Assembleia de abril de 2014.

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência referem-se às demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultado das Nossas Operações

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelas Vendas de Gás, Receita de Construção e Outras receitas (-) Impostos e contribuições sobre vendas.

A receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foi de R\$ 4.333 milhões, representando um decréscimo de 12,43% em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2015 (4.948 milhões).

A receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 6.597 milhões, representando um aumento de 3,29% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (6.387 milhões).

A receita líquida no exercício encerrado 31 de dezembro de 2014 foi de R\$6.387 milhões, representando um aumento de 0,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 6.337 milhões em 2013).

As operações da Comgás se baseiam na premissa da garantia da entrega do gás com segurança, qualidade e confiabilidade, com investimentos contínuos na expansão e modernização. Isso se traduz no número de clientes que, em setembro de 2016, chegou a 1,67 milhão, sendo que 92 mil novos consumidores foram conectados nos últimos 9 meses, com investimentos de R\$ 305,8 milhões de reais no período.

Em 2015, chegamos a 1,57 milhão de clientes na base, sendo que 113 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 521,3 milhões de reais no período.

Em 2014, atingimos 1,4 milhão de clientes na base, sendo 126 mil novos consumidores no ano. Adicionamos 1,6 mil quilômetros de rede de distribuição, e o volume de recursos investidos foi de R\$ 662 milhões no ano.

O volume total de gás distribuído no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, obteve um decréscimo de 19,68% quando comparamos ao mesmo período de 2015, passando de 3.969 milhões para 3.188 milhões de metros cúbicos.

Os diretores da Companhia entendem que a queda deveu-se principalmente pela forte redução do consumo de termogeração. Excluindo termogeração apresentou uma queda de 5,9% tendo como causa principal a desaceleração da economia no Brasil, além de refletir os atuais problemas de competitividade da indústria nacional.

O volume total de gás distribuído no período findo em 31 de dezembro de 2015 obteve um decréscimo de 4,5% quando comparamos com o mesmo período de 2014 passando de 5.459 milhões para 5.211 milhões de metro cúbicos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores da Companhia entendem que a redução deveu-se principalmente a desaceleração da economia no Brasil, além de refletir os atuais problemas de competitividade na indústria nacional, bem como ao menor consumo de água o período por conta da crise hídrica no Estado de São Paulo, impactando negativamente o consumo nas residências com aquecedor a gás.

O volume total de gás distribuído obteve um resultado em linha quando comparamos o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, passando de 5.456 milhões para 5.458 milhões de metros cúbicos.

Em 2013, atingimos 1,3 milhão de clientes, com 117 mil domicílios ligados no ano, além de mais de mil comércios. Adicionamos 1,9 mil quilômetros de rede de distribuição.

Ao longo de 2013, grandes projetos de infraestrutura, iniciados em 2012, foram concluídos com êxito. Entre os destaques estão o reforço da Rede Tubular de Alta Pressão (RETAP), que entregou uma estrutura com 26 quilômetros de extensão, sendo parte dela sob a Represa Billings. O sistema servirá para reforçar a distribuição de gás natural na Região Metropolitana de São Paulo, garantindo que a crescente demanda seja atendida com qualidade, confiabilidade e segurança. Além disso, a RETAP é uma obra fundamental para a produção de energia elétrica, já que parte desse gás irá abastecer a Termoelétrica Fernando Gasparian.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2013, aproximadamente 64% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás. Dentre os projetos realizados destacam-se: Itaquera, Americana, Mogi das Cruzes, Jundiaí, Osasco, São Bernardo do Campo, Santos, Santo André e Cidade Ademar, Guarulhos, Vila Medeiros e São José dos Campos. Também vale destacar os projetos São Vicente, Taubaté, Taboão da Serra e Piracicaba.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

Em maio de 2013, através da deliberação ARSESP nº 421, a agência reguladora autorizou um reajuste dos valores das margens de distribuição, do custo médio ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações dos preços do gás e do transporte fixados nas tarifas. Além disto, também houve um reajuste das tabelas tarifárias a serem aplicadas pela Companhia.

O reajuste variou de 6,28% a 6,77% para clientes residenciais; de 6,01% a 6,24% para o segmento industrial; de 6,22% a 6,66% para clientes comerciais; e de 8,86% a 9,05% para os postos de GNV. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 7,2980% no período e um fator X de 0,82%, resultando em um ajuste líquido para as margens da Comgás, de 6,4780%.

Um reajuste extraordinário foi autorizado no começo de dezembro de 2013, levando em consideração a atualização do custo do gás natural importado. Também influenciou no reajuste o incremento dos preços médios do gás adquirido nos leilões de gás da Petrobras.

Os reajustes impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em maio de 2014, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), através da Deliberação nº 494, decidiu adiar o processo de revisão tarifária da Comgás, previsto para ocorrer até maio de 2014 para 30 de janeiro de 2015.

Segundo a deliberação somente em fevereiro de 2014, em razão de dificuldades encontradas pela ARSESP, foi possível concluir o processo de contratação de consultoria especializada para assessorar a ARSESP no referido processo de revisão tarifária e iniciar em março de 2014 os seus trabalhos. Em consequência, até a data prevista para conclusão do processo de revisão tarifária não houve tempo hábil para as definições metodológicas, análise de dados da Concessionária e a proposição das margens máximas de comercialização para o novo ciclo tarifário 2014-2019, inclusive a realização das consultas e audiências públicas de modo a permitir a necessária transparência e publicidade do processo.

No mesmo dia do anúncio do adiamento da revisão tarifária a ARSESP publicou a Deliberação nº 496 que dispõe sobre o ajuste provisório das margens de distribuição da Comgás que vigorará entre maio de 2014 e o final do processo da revisão tarifária, o qual era previsto para janeiro de 2015. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 5,27% no período e um fator X de 0,55%, ambos proporcionais a 8/12 avos dos índices dos últimos 12 meses, uma vez que a revisão tarifária foi postergada por oito meses, resultando em um ajuste líquido de 4,72%. Considerando o ajuste das margens pela inflação menos o fator X, a atualização do custo do gás e o repasse da conta corrente, a média do reajuste nas tarifas ocorrido em maio de 2014 foi de 2,6% no segmento residencial, 1,2% no segmento comercial, -0,6% na indústria e 4,3% nos postos de GNV.

Nova portaria, de nº 533, foi publicada pela ARSESP em 10 de dezembro de 2014 prorrogando o prazo da revisão tarifária para 31 de maio de 2015. Por conta do novo prazo, a agência decidiu complementar o reajuste inflacionário com os 4/12 que não foram considerados no reajuste autorizado na portaria 496, as margens da Companhia tiveram um reajuste líquido de 2,33%. Na mesma data a ARSESP publicou a portaria nº 534 atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente, esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da margem pela inflação descrito acima, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 2,2% nos segmentos residencial e comercial, 2,0% no segmento industrial e 3,8% para os postos de GNV.

Os reajustes das margens pela inflação impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2014. Vale lembrar que em maio de 2014, conforme explicado acima, a ARSESP aprovou um repasse parcial do IGP-M dos últimos 12 meses, fazendo o repasse integral apenas em dezembro, essa defasagem de inflação entre maio e dezembro de 2014 causou um impacto negativo no resultado da Companhia. Em 9 de maio de 2015, a ARSESP publicou a portaria de nº 575 atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente, esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da nossa margem de distribuição pela inflação de 4,16%, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 6,25% no segmento residencial, 7,7% no segmento comercial, 9,6% no segmento industrial e 9,2% para os postos de GNV.

Em 23 de maio de 2016 a ARSESP publicou Deliberação nº 648 relativa às novas tabelas tarifárias da Comgás, vigentes a partir de 31/05/2016. Esta deliberação resultou em redução nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 19,2% para o segmento industrial, 2,7% no segmento residencial, 5,6% no segmento comercial e 1,88% para o segmento GNV.

A Companhia aguarda as informações da agência sobre as próximas etapas do processo de revisão tarifária, face a postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas em 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente sobre o “Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo,

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A receita operacional bruta da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi de R\$ 5.390 milhões e R\$ 6.070 milhões, respectivamente, apresentando decréscimo de 11,20% entre os períodos. Os diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos reajustes tarifários autorizados pelo órgão regulador e pela redução de consumo apresentada diante da crise econômica.

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de R\$ 8.089 milhões e R\$ 7.840 milhões, respectivamente, apresentando acréscimo de 3,17% entre os exercícios. Os diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos reajustes de tarifas autorizados pelo órgão regulador em decorrência do aumento do preço do gás.

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de R\$ 7.840 milhões e R\$ 7.757 milhões, respectivamente, apresentando acréscimo de 1,1% entre os exercícios. Os diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelo reflexo do volume de gás comercializado que se manteve em linha e dos reajustes de tarifas autorizados pelo órgão regulador nos meses de maio e dezembro de 2013 em decorrência do aumento do preço do gás influenciando principalmente pela variação cambial.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro.

Os Diretores da Companhia informam que as principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia, no período findo em 30 de setembro de 2016 e nos últimos 3 exercícios sociais são o IGP-M, CDI e TJLP:

IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia através dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”.

CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI através de instrumentos derivativos.

TJLP: Como a expansão da empresa é baseada em financiamentos de longo prazo, que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Comgás.

Taxas de câmbio: A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com política de tesouraria, devidamente protegidas (“swapadas”) para Reais indexados à CDI.

A inflação afeta nosso desempenho financeiro, aumentando nossas despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

administrativas. No entanto, a inflação não tem impacto material sobre o nosso negócio para os períodos apresentados.

Anualmente o Órgão Regulador ARSESP corrige a margem bruta da Companhia pela inflação registrada nos últimos 12 meses.

O principal insumo da Companhia o gás natural é precificado através MMBTU (Million Metric British Thermal Units) e cotado em USD. Todas as variações na moeda estrangeira ou no MMBTU impactam diretamente na margem bruta da Companhia. Essas variações são capturadas pela Conta corrente regulatória que não é contabilizado, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro da Companhia. Esse mecanismo confere a Companhia uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores.

(A) DA INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL

Os diretores informam que a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

(B) DA CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.

Os diretores esclarecem que não ocorreram os eventos acima mencionados.

(C) DOS EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS

Os diretores confirmam que não houve evento ou operação não usual nos períodos abrangidos por este Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e para o período encerrado em 30 de setembro de 2016.

Os diretores da Companhia informam que os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2013 e tiveram impactos para a Companhia:

CPC 26 (R1)/IAS 1 (R) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"

CPC 33 (R2)/IAS 19 (R) - "Benefícios a Empregados"

Os diretores da Companhia descrevem a seguir as principais mudanças e justificativas trazidas por cada uma das alterações.

CPC 26 (R1)/IAS 1 (R) - "Apresentação das Demonstrações Contábeis": A principal mudança foi o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente, facilitando desta forma o possível impacto no resultado de períodos subsequentes.

CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo": teve por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, uma vez que não existia uma única forma de mensurar o valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

CPC 33 (R2)/IAS 19 (R) - "Benefícios a Empregados". Employee benefits: as alterações eliminam o método do "corredor"; racionalizam as alterações entre o ativo e o passivo dos planos de benefício a empregados, reconhecendo no resultado do período o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano e no lucro abrangente as mensurações de ganhos e perdas, e retorno do ativo (excluindo o montante dos juros sobre retorno de ativos reconhecidos no resultado); e as mudanças no efeito do teto do plano.

Ressalva e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores informam que os pareceres dos Auditores Independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e ao período encerrado em 30 de setembro de 2016 foram emitidos sem ressalvas e ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça estimativas com base em premissas. Os diretores informam que as estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) *Impairment do contas a receber*

Os diretores informam que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

Os diretores esclarecem que a Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

(b) *Provisões*

Os diretores informam que as provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

Os diretores esclarecem que são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os diretores informam, ainda, que as provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Apesar da possibilidade de resultados fora dos limites esperados nos últimos anos, os diretores informam que a experiência da Companhia foi de que as estimativas utilizadas na determinação do nível adequado de disposições foram materialmente adequadas na antecipação de resultados reais.

(c) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os diretores informam que a Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

Os diretores informam que a Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Os diretores esclarecem que outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(e) Receita não faturada

Os diretores esclarecem que a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Os diretores informam que este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. Os diretores da Companhia acreditam que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELA COMPANHIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITENS), TAIS COMO:**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**

Os Diretores da Companhia informam que possui contratos de aluguel, conforme explicitado na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

iv. Contratos de construção não terminada;

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia informam que este item é aplicável, uma vez que possuímos linhas de financiamentos contratadas tanto no curto quanto no longo prazo, informados no item 10.1, letra "g" neste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que não possuímos ativos ou passivos materiais que não estão registrados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como neste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****A. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA;**

Os diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis impactam o resultado operacional, sendo registradas na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” na Demonstração de Resultado.

B. NATUREZA E O PRÓPOSITO DA OPERAÇÃO;

Os diretores informam que os aluguéis de imóveis tem como propósito de comportar uma parcela das bases operacionais e administrativas da Companhia.

C. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DA COMPANHIA EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO;

Os diretores da Companhia informam que as despesas de aluguel de imóveis foram reconhecidas durante o exercício de 2015 no montante de R\$ 4.480. Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	31/12/2015
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento	
Menos de um ano	3.543
Mais de um ano e menos de cinco anos	2.837
	<u>6.380</u>

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia

A. INVESTIMENTOS, INCLUINDO:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia investiu o montante de R\$ 305,8 milhões à ampliação e à modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume foi destinado à expansão da rede.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia investiu o montante de R\$ 521 milhões à ampliação e à modernização da rede de abastecimento. O maior volume foi destinado exatamente à expansão, quando foram construídos mais 1,2 mil quilômetros de redes. No exercício de 2015, foi realizado o último desembolso do Projeto VI junto ao BNDES no valor de R\$ 67 milhões e também a aprovação do Projeto VII junto ao BNDES no valor de R\$ 371 milhões.

A Companhia investiu em 2014 o montante de R\$ 662 milhões à ampliação e à modernização da rede de abastecimento. O maior volume foi destinado exatamente à expansão, quando foram construídos mais 1,6 mil quilômetros de redes. Durante o exercício de 2014 foram realizados outros desembolsos do Projeto VI junto ao BNDES nos valores de R\$ 184 milhões, R\$ 86 milhões, R\$ 6 milhões e de R\$ 125 milhões, totalizando R\$ 1.069 milhões já desembolsados do valor total contratado de R\$ 1.135 milhões.

Durante o exercício de 2013 foram realizados outros desembolsos do Projeto VI junto ao BNDES nos valores de R\$ 81 milhões, R\$ 97 milhões, R\$ 150 milhões e de R\$ 41 milhões, totalizando R\$ 669 milhões já desembolsados do valor total contratado de R\$ 1.135 milhões.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos;

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais, e de outros instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (e.g., emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, notas promissórias).

Em 30 de setembro de 2016, o endividamento financeiro bruto da Companhia totalizava R\$ 3,6 bilhões, montante 6,7% inferior em relação ao apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3,8 bilhões). Já o endividamento financeiro líquido foi de R\$ 1,4 bilhão, representando um aumento de 16,6% quando comparado ao final do ano anterior, impactado pelas variações da conta de caixa e equivalentes de caixa, devido principalmente ao pagamento de dividendos no início de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro bruto da Companhia totalizava R\$ 3,8 bilhões, montante 22,0% superior em relação ao apresentado em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3,1 bilhões). Já o endividamento financeiro líquido foi de R\$ 1,2 bilhão, representando um decréscimo de 34,9% quando comparado ao final do ano anterior, impactado pelas variações da conta de caixa e equivalentes de caixa.

Do total dos financiamentos em 31 de dezembro de 2015, 85% eram representados por operações com vencimento de longo prazo. As dívidas em moeda nacional totalizavam 2,5 bilhões, representando 65% do total.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro bruto da Companhia totalizava R\$ 3,1 bilhões, montante 10,3% superior em relação ao apresentado em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2,8 bilhões). Já o endividamento financeiro líquido foi de R\$ 1,8 bilhão, representando um decréscimo de 12,7% quando comparado ao final do ano anterior, impactado pelas variações da conta de caixa e equivalentes de caixa.

Do total dos financiamentos em 31 de dezembro de 2014, 85% eram representados por operações com vencimento de longo prazo. As dívidas em moeda nacional totalizavam R\$ 2 bilhões, representando 63% do total.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

B. DESDE QUE JÁ DIVULGADA, INDICAR A AQUISIÇÃO DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE DEVAM INFLUENCIAR MATERIALMENTE NOSSA CAPACIDADE PRODUTIVA.

Os Diretores da Companhia afirmam que ao longo do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 foram adicionados 1,2 mil quilômetros de rede, já em 2014 foram adicionados 1.617 quilômetros de rede para levar gás a novos consumidores. Essa extensão foi em linha com os 1.629 quilômetros, comissionados em 2013.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2015, aproximadamente 73% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás. Dentre os projetos realizados no ano destacam-se: Jundiá, Guarulhos, Osasco, Alto Tietê – Suzano, Santo André, São José dos Campos, Campo Limpo e Taubaté.

C. NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS:

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais subitens desta Seção 10 deste Formulário de Referência.